

1. Resumo

Aula-tema 04: O caminho da sustentabilidade – dimensões e indicadores

Para alcançar resultados sustentáveis, cada dimensão da sustentabilidade deve receber a mesma atenção, embora cada dimensão seja examinada separadamente. A **dimensão econômica** está relacionada à alocação e gestão mais eficiente de recursos e ao fluxo regular do investimento público e privado, mantendo a competitividade no mercado. A **dimensão social** tem como preocupação principal o bem-estar humano e a qualidade de vida, com distribuição igualitária de renda na sociedade, melhorando as condições de vida da população, inclusive a dimensão cultural. A **dimensão ambiental** representa a preocupação com os impactos das ações humanas sobre o meio ambiente, sugerindo a adoção de práticas voltadas à conservação de energia e recursos naturais, substituição de produtos não-renováveis por renováveis e aumento da eficiência dos recursos utilizados.

Portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável remete ao papel das empresas na melhoria das condições de vida da população e para a redução dos problemas sócio-ambientais.. Surge, então, o conceito de **Responsabilidade Social Empresarial** (RSE) ou **Responsabilidade Social Corporativa** (RSC) como diferencial de participação no mercado. O conceito de RSE converge com o de **cidadania empresarial**, integrando as quatro faces de uma organização: econômica, legal, ética e filantrópica. Para ser considerada empresa-cidadã, uma organização deve ser lucrativa, respeitar as leis, apresentar comportamento ético, conforme padrões moralmente aceitos nas sociedades em que atua, e praticar filantropia, engajando-se de forma ativa em ações e programas voltados à melhoria da qualidade de vida. A RSE originou-se na filantropia, mas esses termos não são sinônimos; a filantropia está associada a ações isoladas, como no caso de doações, ao passo que a RSE aplica ações interligadas no planejamento e na cultura organizacional, envolvendo seus colaboradores.

O conceito de RSE abrange duas dimensões: 1) forma de gestão definida pela ética e transparência da empresa com todos os públicos com os quais se relaciona; e 2) o estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade. A RSE implica em **investimento social privado**, que é a aplicação voluntária de recursos de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais. Difere-se da prática assistencialista ou de caridade, justamente por planejar, monitorar e avaliar projetos, preocupando-se com resultados, transformações, ascensão social e envolvimento da comunidade nas ações sociais.

Devido a desigualdades, necessidades sociais e impossibilidade do Estado brasileiro em atender às necessidades sociais, desde os anos 1980, entidades como Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase – <http://www.ibase.br>), Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife – <http://www.gife.org.br>), Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS – <http://www.cebds.org.br>) e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (<http://www.ethos.org.br>), mobilizam o setor privado. O Ibase, criado em 1981, tendo o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, como um de seus fundadores, tem a missão de democratizar as informações

acerca da realidade econômica, política e social no Brasil. O Gife foi fundado em 1989 e formalizado em 1995; sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para a promoção do desenvolvimento sustentável. O CEBDS, criado em 1997, integra uma rede global de conselhos nacionais para disseminar uma nova forma de fazer negócios no mundo, por meio da avaliação do nível de envolvimento das empresas com o desenvolvimento sustentável, considerando as três dimensões da sustentabilidade. O Instituto Ethos, referência internacional, fundado em 1998, desenvolve parcerias no mundo, para sistematizar conhecimentos, trocar experiências e desenvolver ferramentas que auxiliam as empresas na análise de suas práticas de gestão relacionadas à responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

Para avaliar, medir e monitorar a RSE foram criados **indicadores de sustentabilidade corporativa**, que são ferramentas de diagnóstico para as empresas gerenciarem os impactos e riscos sociais e ambientais. Percebe-se, ao longo do tempo, que os indicadores foram evoluindo em direção à integração das três dimensões da sustentabilidade empresarial. O Ibase (1997) desenvolveu o modelo de **balanço social**: um demonstrativo publicado anualmente de forma transparente, reunindo informações direcionadas pela empresa a colaboradores, investidores, analistas de mercado, acionistas e comunidade sobre projetos, benefícios e ações sociais.

O **Sustainability Index – Dow Jones**, lançado pela empresa norte-americana *Dow Jones*, em 1999, é uma ferramenta que acompanha o desenvolvimento das empresas líderes que integram as dimensões econômicas, ambientais e sociais em seus negócios, comprovando que o desempenho sustentável agrega valor aos investidores. Os **indicadores Ethos** (2000) são instrumentos de autoavaliação, de uso interno, para identificar o estágio em que se encontram as práticas de RSE; é possível também verificar pontos fortes, possibilidades de melhoria e comparação com outras empresas; é composto de 130 questões que indicam valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores e clientes, comunidade, governo e sociedade. O Índice de Sustentabilidade Empresarial – **ISE-Bovespa** – lançado em 2005 indica o retorno de uma carteira de ações de uma empresa na Bolsa de Valores. As diretrizes para relatórios de sustentabilidade da **Global Report Initiative** (GRI) fornecem estrutura de conceitos, medidas e linguagem coerente para elaboração de relatórios de sustentabilidade, abrangendo as três dimensões. A primeira versão foi lançada em 2000 e a terceira, a mais atual em 2006.

Alguns fatores são considerados críticos para a sustentabilidade. São eles: a governança corporativa, o consumo responsável, a produção de bens e a distribuição de recursos e de renda. A **governança corporativa** (GC) é um sistema de gestão de uma empresa que integra os interesses de acionistas, clientes, colaboradores e público externo; as dimensões consideradas estão no contexto interno e externo, o conselho estratégico, o conselho de administração e seus órgãos de controle. Há dois modelos básicos de GC: orientado para *shareholders* e orientado para *stakeholders*. O primeiro desenvolve gestores para cuidar dos interesses dos acionistas, enquanto que o segundo garante os interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Os dois modelos se complementam. A GC assegura equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade por resultados.

Além da quantidade de recursos consumidos, os padrões de consumo precisam ser avaliados: o que consumir, por que, como, de quem consumir e como descartar após o uso. O consumo provoca impactos financeiros ao consumidor, impactos econômicos gerados na movimentação de máquinas e distribuição de bens, além de impactos sobre o meio ambiente. Por isso, é necessário o **consumo responsável**.

A **produção de bens** precisa ser repensada rumo ao desenvolvimento sustentável, levando em consideração as necessidades dos consumidores das classes sociais menos favorecidas. Cinco problemas sobre a produção precisam ser revistos; os três primeiros relacionam-se mais às mudanças necessárias na indústria e os dois últimos na agricultura: 1) uso de materiais e processos que causam degradação do meio ambiente e riscos à saúde, especialmente as emissões de substâncias gasosas, líquidas e sólidas; 2) desperdícios gerados por processos produtivos ineficazes, provocando degradação ambiental, a exemplo dos derramamentos de petróleo no Golfo do México; c) equívocos na contabilização dos custos da sustentabilidade (por exemplo: quanto custa o ar, a água e o solo consumidos na produção?); d) desigualdade de acesso a recursos naturais (os ricos têm maior acesso à água e energia que os pobres); e e) custos e preços mais elevados para produtores e pessoas de baixa renda, devido à escala de produção.

A **distribuição de recursos e de renda** de forma igualitária na sociedade é um dos pontos centrais da sustentabilidade, pois garante acesso a serviços e bens, impactando na melhoria da qualidade de vida. Alguns exemplos brasileiros de políticas públicas nesse sentido podem ser citados: o programa Bolsa Família, o Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Como se observa, o caminho da sustentabilidade aponta para o desenvolvimento das dimensões econômica, social e ambiental, integrando esforços de governos, organizações e sociedade civil. Existe a tendência de que países sustentáveis promovam sociedades e organizações sustentáveis. O desenvolvimento sustentável deve ser planejado, implementado e avaliado por meio de indicadores de sustentabilidade, com a finalidade de promover mudanças sociais, com a consciência da preservação do meio ambiente, a maior riqueza da humanidade.